

JUVENTUDE, FORMAÇÃO POLÍTICA E IDENTIFICAÇÃO NO MST

Esmeraldo Leal dos Santos**

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de discutir o processo de formação política oferecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos jovens acampados e assentados, bem como a contribuição deste processo na identificação destes jovens com os princípios e as lutas do Movimento.

Palavras-chave: juventude, formação política, MST, identidade e identificação.

ABSTRACT

The present article has the objective to argue the process of politics formation offered for the Movement of the Agricultural Workers Without Land to the camped and seated young, as well as the contribution of this process in the identification of these young with the principles and the fights of the Movement.

Key-words: youth, politics formation, MST, identity and identification

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o processo de formação política oferecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST aos jovens acampados e assentados¹ e sua contribuição na identificação destes com o movimento, surgiu a partir de discussões realizadas na Direção Estadual do MST acerca da construção de um plano de formação política para “jovens orgânicos” do Estado de Sergipe. Esse interesse ganhou ressonância nos debates, dentro e fora das salas de aulas, sobre formação e identidade na América Latina, no Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos, oferecido pela Universidade Federal

** Mestrando em Sociologia, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Especialista em Estudos Latino-americanos, pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Graduado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Pesquisador do Grupo de História Popular do Nordeste, CNPq/SE e Dirigente Político do MST, desde 1993.

¹ Os jovens estão compreendidos, assim, em duas categorias: acampados são os jovens que, individualmente ou em família, estão em processo de luta pela conquista da terra; assentados são aqueles que, individualmente ou em família, já conquistaram a terra e estão em busca de infra-estrutura no assentamento e condições para poder produzir e comercializar seus produtos.

de Juiz de Fora – UFJF, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, a militantes dos movimentos ligados à Via Campesina.

No decorrer do estudo, ficou claro que apesar de se discutir muito a respeito da juventude, existe pouca publicação, principalmente quando se trata de juventude do campo. Até mesmo o MST que embora seja um dos mais fortes movimentos de luta pela terra no Brasil e no mundo, e tenha um acúmulo histórico em torno da formação de seus militantes e uma preocupação, cada vez maior, com a juventude, não dispõe de uma bibliografia específica e suficiente sobre esta temática.

Esse artigo, de qualquer modo, não tem como finalidade a reconstrução da história da formação no MST e nem pretende dar conta de todo o processo de formação política voltada para todos os trabalhadores rurais sem-terra², mas especialmente aos que se destinam aos jovens acampados e assentados vinculados ao MST no Estado de Sergipe.

O recorte do objeto em torno da juventude justifica-se, em nosso entender, por algumas razões: são os jovens que mais freqüentam esses cursos de formação e estes constituem um grupo que está receptivo a “novos valores”, interesses e perspectivas do que os “mais velhos” que parecem já ter uma “identidade mais sedimentada”. Por isso, acreditamos que os cursos de formação política produzem resultados mais imediatos no processo de identificação dos jovens com os objetivos do MST.

O MST E A FORMAÇÃO POLÍTICA

O MST nasceu a partir de uma série de lutas travadas no final da década de 70. Dentre estas, destaca-se a ocupação da fazenda Macali, no Rio Grande do Sul; mas outras ocupações foram também muito importantes para sua constituição histórica e política, dentre as quais podemos citar as ocupações em Santa Catarina (Fazenda Burro Branco) e em São Paulo (Fazenda Primavera). Essas ações produziram resultados positivos, embora tenham acontecido de forma desarticulada, configurando-se como ações isoladas. Em vista disso, é apenas no início da década de 80 que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começa a realizar encontros entre as lideranças desses primeiros acampamentos com o objetivo fundamental de

² Para o MST, existe uma diferença entre os homônimos: **sem-terra** (com hífen) significa todos os trabalhadores rurais sem-terra, organizados ou não; e **Sem Terra** (sem hífen e com letras maiúsculas) define os trabalhadores rurais sem terra organizados no MST como um movimento de luta pela reforma agrária.

unificação do processo de luta pela terra no Brasil. Conseqüentemente, em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel – PR, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional do MST que marcou sua fundação como movimento nacional.

Nesses mais de vinte anos de história, o MST se constituiu como um movimento nacional, organizado em vinte e três estados do Brasil e conhecido internacionalmente como um dos maiores e mais organizados movimentos de luta pela reforma agrária do mundo. Estima-se que atualmente existem aproximadamente 350 mil famílias assentadas e 150 mil famílias acampadas em todo Brasil vinculadas ao MST³.

A estrutura organizativa do MST se dá, nacionalmente e nos estados, através de Brigadas e Núcleos de Famílias; e em Setores como: Formação, Educação, Gênero, dentre outros. Por fim, acontece também em Coletivos como: Juventude e Relações Internacionais, presentes em todas as esferas de organização do MST.

Já nos primeiros acampamentos, os trabalhadores se reuniam para discutir seus problemas e buscar soluções, e nessas assembleias, normalmente, as “lideranças” religiosas, políticas e sindicais discutiam as questões relativas à reforma agrária no Brasil com os trabalhadores e comparavam com outras formas de lutas por terra, por liberdade e igualdade efetivadas em contextos nacional e internacional. Essas discussões foram aos poucos adquirindo um caráter mais “formal”, passando a ser estruturadas em cursos de formação política. Desse modo, surgiu o Setor de Formação, dedicado a organizar a formação política de seus militantes e simpatizantes (PIZETTA, 2004: p. 01).

O Setor de Formação do MST organiza, portanto, diversos cursos: locais (nas reuniões de base, nos acampamentos e assentamentos, nos núcleos familiares, etc); regionais (nas brigadas, nas regiões, etc); estaduais (nos espaços de formação estaduais); e nacionais (destacando a Escola Nacional Florestan Fernandes).

A formação política no MST é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, por isso visa uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos da história e construtores de uma nova sociedade. Um dos elementos mais importantes desses ambientes de formação é a mística que é vista pelo MST, como uma força impulsionadora. Segundo Bogo (2005: p. 38), a mística é “mais que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das

³ Banco de dados do MST, 2005.

relações entre as pessoas e as coisas do mundo material. Entre idéia e utopia no mundo ideal.”. Esse elemento é importante e está sempre presente dentro do contexto da formação política oferecida pelo MST.

É bem verdade que, falar de formação em tempos atuais, marcados pelo aceleramento da especialização em todos os âmbitos da atividade e do pensamento humano, indica uma luta contra a corrente. Pois, o termo formação tem uma história que remonta ao século XVIII dos românticos, principalmente alemães, que a definiram, segundo Jessé Souza (2000), mediante um duplo aspecto: o primeiro possui um sentido mais subjetivo de autoformação e autocultivo das capacidades individuais; já o segundo prioriza “... uma atitude de manter-se aberto à alteridade e a um ponto de vista geral e descentrado, tendo, portanto, um interesse comunitário e geral” (SOUZA, 2000: p. 50). Isto é, a possibilidade de desenvolver-se, de tornar-se autônomo e pensar por si mesmo passa pela relação com outro, pelo respeito às diferenças e pela capacidade de tomar o todo (a comunidade, por exemplo) como seu objeto e objetivo primordiais.

Entendemos, por conseguinte, que esse último sentido de formação abandona, de certa forma, o acento individualista e aristocrático do primeiro porque não é mais de um sujeito auto-centrado em si mesmo, independente da ação política e social de que se trata, mas ao contrário, é no confronto e na interação com esses tipos de ação que o indivíduo pode se encontrar em sua totalidade: como um homem ou uma mulher políticos, econômicos, pai, mãe, trabalhador etc.

Além disso, consideramos essa segunda acepção de formação mais próxima da concepção que o MST usualmente sustenta acerca da formação política. Pois, ainda que a própria expressão “formação política” pareça limitar o alcance teórico e prático no sentido específico de dar conta da educação política dos militantes ou simpatizantes, o MST compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

Numa outra instância, para o MST, o ato de formar e formar-se está direta e necessariamente vinculado à realidade social na qual se esteja inserido, visto que o MST se diferencia de outros movimentos sociais e sindicatos porque entende que a ação política não se resume à conquista de direitos e a efetivação dos que já existem para uma categoria determinada. A melhoria dos salários, das condições materiais de trabalho, da aposentadoria,

etc. estão sempre, ao nosso ver, direitos específicos de uma categoria. De acordo com Stédile, o MST também é sindical, mas não se restringe a isso:

Uma outra característica é o componente sindical. É sindical aqui no sentido corporativo. A possibilidade de conquista de um pedaço de terra é o que motiva a família a ir para ocupação ou permanecer acampado por um período indeterminado. Nesse primeiro momento, é uma luta para atender, essencialmente uma reivindicação econômica. (STÉDILE, 1996: p. 34)

O MST não descarta a necessidade de conquista dos direitos específicos dos trabalhadores rurais, uma vez que é a conquista do seu meio de produção, a terra, expropriada pelo sistema capitalista, que constitui um dos seus objetivos principais (MARTINS, 1991). Todavia, não se trata somente de adquirir terra, mas também de exigir do poder público as condições estruturais para cultivá-la.

(...) Aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com a organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Ai, já é o estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político (STÉDILE, 1996: p. 35).

Ressalta ainda Stédile:

Se tivesse se fechado em um movimento tipicamente camponês, só dos *mãos grossas*, teria caído facilmente no corporativismo, nos interesses individuais. Esse caráter popular (...) acabou trazendo uma consistência que contribui para formar um movimento com organicidade e com interpretação maior da sociedade (IDEM, p. 33).

Assim, o elemento que diferencia o MST de outras ações da sociedade civil é, enfim, o ideal de reconstrução da sociedade brasileira, na perspectiva crítica de torná-la mais justa e igualitária para todos, que continua ainda muito presente na prática formadora do MST (MARTINS, 1991; GRAZIANO, 1994). A viabilidade ou não deste objetivo não é nosso elemento de discussão nesse artigo, pois a questão que nos dirige é saber até que ponto a formação política no MST colabora no processo de identificação da juventude Sem Terra.

Tendo em vista esse sentido mais “comunitário” de formação e sua relação com a prática formadora do MST, continuamos em dificuldades históricas, uma vez que a realidade contemporânea do capitalismo e da burocracia dilui quase que totalmente, a possibilidade do homem e da mulher manterem essa relação com o todo (com a sociedade ou com a comunidade) bem como com o todo que ele/ela próprio pode ser, seja tendo consciência das suas potencialidades, seja tendo controle sobre todo o processo de seu trabalho, seja reconhecendo-se explorado e dominado, enfim, autônomo e livre.

Para compreendermos esta contradição, duas características do capitalismo, amplamente discutidas por Marx, são essenciais. A primeira diz respeito ao ponto de partida básico para que o capitalismo se tornasse universal, a saber, a redução ao dinheiro, em seu aspecto meramente quantitativo e acumulativo, dos valores de comunidade, das tradições e dos sentimentos de pertença de um povo. Tudo no capitalismo se transforma em mercadoria, inclusive o trabalho humano. A segunda refere-se ao processo de alienação do trabalho humano, pois à medida que este se torna mercadoria, escapa ao controle do trabalhador, passando a ser avaliado e quantificável pelos capitalistas.

Essa alienação é ainda mais agravada, segundo Marx, com a expansão da divisão social do trabalho responsável pela fragmentação, esfacelamento e idiotização do homem no processo produtivo. Especializar-se em uma determinada tarefa, por exemplo, as atividades de encaixar uma porca no parafuso ou de dosar a saída de adubo de uma plantadeira, impede que se tenha a compreensão do todo, que o trabalhador entenda que ele faz parte de uma lógica econômica, social e política que o exclui e o explora.

Marx empreendeu essa análise no século XIX. Contudo, muitos pensadores atuais não apenas confirmam esses resultados específicos do capitalismo, mas vão mais longe afirmando o agravamento sem precedentes dessa situação de alienação e parcelamento do homem. Mészáros (2003), por exemplo, importante estudioso marxista, entende que não é mais possível associar positivamente, como fez Marx,

... um desenvolvimento geral da produção’ à expansão das necessidades humanas”, posto que “... dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua a se impor –, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital (...) Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o ‘aumento do círculo de consumo’, para benefício do ‘indivíduo social pleno’ de que falava Marx,

mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo (...) por várias modalidades de destruição (IDEM, p. 21-22).

Mészáros nos esclarece, portanto, que a lógica perversa do capital ampliou-se numa escala ainda mais universal e destrutiva porque se tornou cada vez mais controlada pelo “imperialismo do dólar” (IBIDEM, P. 50), ou seja, nações e países tais como Inglaterra, Portugal e Brasil, dentre outros, que mesmo estando em graus diferentes de desenvolvimento, estão submetidos aos interesses econômicos, políticos e sociais dos Estados Unidos.

Diante dessa situação atual, é possível dizer que a proposta de formação do MST parece de fato movimentar-se contra a corrente já que pressupõe homens completos e inseparavelmente ligados a sua sociedade, aos valores comunitários, com sentimentos de pertença a um grupo social. Isto é, a prática formadora prepara o terreno para o processo de “identificação” dos jovens com os objetivos gerais e específicos do MST. Desse modo, o MST vale-se de duas ações fundamentais e interconectadas para construir e manter sua base de sustentação: a formação e a identidade, ou melhor, “identificação”; ações também irmanadas no enfrentamento das dificuldades históricas atuais decorrentes do avanço descarrilado do capitalismo e da sociedade globalizada. Em outros termos, a característica mais marcante do MST é o embate contra a hegemonia capitalista, e seu processo de formação política, sobretudo com os jovens, está diretamente vinculado à preparação, cultural e interventiva, para este enfrentamento.

AS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE E O MST

Ao refletirmos sobre o processo de formação política oferecido aos jovens militantes do MST, é importante questionarmos sobre de que juventude estamos falando. Em nosso entender, não existe um consenso sobre o que é juventude, qual seria sua faixa etária e como se caracterizaria, pois se a Organização Mundial da Juventude entende que ser jovem é ter entre 15 e 25 anos, para a WHO/OPAS, a juventude começa aos 10 anos e termina aos 20 anos; já para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a juventude para os homens estaria entre 15 e 29 anos e, para as mulheres, entre 15 e 25 anos. A questão é: poderíamos nos valer desses mesmos marcos definidores para entender a juventude do campo? Ora, os jovens de que falamos são os acampados e assentados e/ou seus filhos, que participam de

atividades de formação oferecidas pelo MST e estes vivenciam, conforme poderemos observar, uma série de particularidades.

Esses, na maioria, assumem prematuramente responsabilidades geralmente cobradas dos adultos, ajudando suas famílias no trabalho do campo ou em casa. Geralmente, muito cedo, casam e têm filhos; e assumem funções políticas em sua comunidade como “lideranças”, mostrando que tem sido cada vez mais comum, nessa realidade específica, jovens desempenhando tarefas políticas como militantes na organização do acampamento ou do assentamento e nas instâncias organizativas do MST. Ou seja, a juventude que participa dos cursos de formação possui características específicas em face de outros grupos de jovens que não podem simplesmente ser ignoradas. Além do que, a tentativa de encerrar um período importante da vida em datas fixas, segundo nos ensina Ribeiro (2004, p. 27), impede que compreendamos a vida como projeto e processo descontínuo e flexível. Escreve:

Vivemos hoje a quebra de uma vida linear. Esta tinha infância, juventude, idade adulta, maturidade, velhice. Ora, essas posições deixaram de estar equacionadas ao longo de uma seqüência sem volta. Continua tendo sido, todas elas, mas não mais como datas, e sim como posições, que podemos saltar, repetir e reciclar. Sempre se disse, de alguns jovens, que já pareciam velhos; mas hoje é mais possível, nunca como antes, recuperar a juventude. Ela até se torna ideal.

Entendemos que a faixa etária é um dos critérios definidores da juventude, porém não é o único. Questões biológicas, econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais devem ser levadas em conta. O que diríamos das pessoas que se enquadram na faixa etária de jovens, mas trabalham, são casados e têm filhos e filhas, e com isso, assumem responsabilidades identificadas como de adultos. Também encontramos jovens que, para serem assentados, receberam autorização dos pais e adquiriram a maioridade jurídica. Essa tese é reforçada por Bourdieu (1983: p. 113) em seu livro: “Questões de Sociologia”, quando afirma que “o que lembro é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.”.

Este mesmo autor afirma ainda que não existe juventude no singular, mas juventudes, uma vez que em cada sociedade e em cada período do tempo são vistas de formas diferenciadas. Portanto, essas fronteiras são arbitrárias e estão constantemente em disputas; mesmo porque não existe indivíduo atômico, ou seja, deslocado ou separado das relações sociais presentes em sua sociedade específica. Nesse sentido, escreve que “dentro dessa

perspectiva de um indivíduo se desvenda como uma ‘variante estrutural’ do *habitus* de seu grupo ou de sua classe, o estilo pessoal aparece como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, uma classe ou um grupo” (IDEM, p.18).

Destacamos, ainda, que a família tem um papel importante no MST, principalmente para os jovens. Ao longo da sua história, o MST, utiliza-se do termo “famílias assentadas” que abrange crianças, jovens, adultos, e velhos, além de contemplar a distensão de gênero (filha, mulher, senhora, etc). Aos poucos eles vão saindo do “anonimato”. Só nos últimos anos é que o termo juventude e mulher aparecem com mais assiduidade nas discussões do MST e são refletidos nos seus materiais.

Essa “atenção” aos jovens, como parcela específica só começa a partir de 1999. O MST, nas suas reuniões nacionais, começa a discutir formas de envolver ainda mais a juventude na construção do movimento e de um projeto diferente de sociedade. Para isso, organiza mutirões, campanhas de formação, inserção dos jovens nos setores e nas instâncias de decisão, dentre outras. Sobre essa questão, discute Gohn (2000, p. 118)

Visando superar essa dificuldade, o MST defragou a partir de 1999 uma série de ações objetivando sensibilizar / conquistar os jovens para permanecerem e atuarem juntos ao movimento. (...) As iniciativas mais ousadas foram dois cursos de capacitação destinados a jovens do MST, realizados em parcerias com a UNICAMP, em julho de 1999 e fevereiro de 2000.

Isso demonstra que ao discutirmos juventude (ou juventudes), devemos levar em conta um conjunto de critérios. Esses critérios ainda passam por uma série de especificidades quando falamos de jovens do campo. Por isso, optamos pela faixa etária de 14 a 28 anos, porém sem considerá-la como definitiva, uma vez que, neste período, como veremos a seguir, o indivíduo encontra-se em processo de formação de sua identidade, o qual se prolonga por toda sua vida.

IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS MILITANTES DO MST

A preferência pelo termo “identificação” e não “identidade” advém das análises de Stuart Hall⁴ que discute a história do “descentramento” e da diluição da identidade antes vivenciada como única, estável e idêntica para todos. Para isso, remete-nos ao primeiro momento da modernidade com René Descartes, o qual concebia como identidade essencial do homem sua racionalidade, isto é, o sujeito é sua capacidade de pensar, e é essa capacidade que torna possível sua existência.

Essa concepção de identidade, com imensas variações, também está presente entre os pensadores iluministas. Entretanto, é com o advento da sociologia que vamos encontrar mudanças mais significativas neste conceito. A crítica mais importante, a nosso ver, é a que a sociologia dirige ao chamado “individualismo racional” do “sujeito cartesiano” (HALL, 2005: p. 31) porque entendeu que os indivíduos são constituídos por relações sociais e pela participação em processos identitários mais amplos. Nesse sentido, é no interior destes contextos que se constrói a identidade do indivíduo.

É com Marx, segundo Hall, que tivemos um considerável descentramento do sujeito, posto que o homem deixa de ser uma entidade fixa que o determina independente de suas particularidades. Em “O 18 Brumário”, MARX afirma:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1997: 21)

Assim, são as circunstâncias materiais, a inscrição numa específica realidade social e num conjunto específico de relações sociais que determina a identidade: estar entre os donos dos meios de produção confere ao sujeito a identidade capitalista e estar entre os despossuídos, inclusive de força de trabalho, confere a identidade proletária.

Atualmente, porém, não podemos – se não quisermos cometer abusos de interpretação – dizer que: estar entre os latifundiários definiria a identidade, pura e simples, do capitalista

⁴ Neste projeto, a abordagem de Stuart Hall serve-nos para dar a devida dimensão da complexidade da discussão contemporânea sobre identidade.

ou estar entre os sem-terra caracterizaria, de uma vez por todas, a identidade dos excluídos do poder político e econômico. Ora, isso não é possível porque para um mundo que se anuncia como “pós-moderno” é caracterizado, sobretudo, pelas mudanças rápidas, pelo *vir-a-ser* constante do novo e pelas transformações ininterruptas das relações sociais, nada efetivamente se solidifica. Nesse sentido, o próprio Marx antecipou a “pluralização” de identidades dos tempos atuais, consequência e causa (vice-versa) das “descontinuidades” modernas. Essa “pluralização”, porém, tem um duplo aspecto. O primeiro refere-se à multiplicidade de identidades e de posições que um indivíduo pode assumir, estas, inclusive, concorrentes entre si. O segundo é o que nos autoriza falar, ainda no enalço de Hall, do processo de “identificação” e não de identidade no sentido de que também ela é mutável. Em sua escrita: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2005: p. 39).

Com isso, os elementos econômicos não constituem sempre o ponto de partida causal: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”⁵, porém na medida em que isso acontece (o real determinando a consciência) fornece condições para que esta última, em todas as suas expressões histórico-político-culturais, também contribua para a formação das posições sociais e nos processos de construção de identidades. Ora, isso de alguma forma foi o que Marx sugeriu quando analisou as circunstâncias históricas possibilitadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo para a união dos proletários, embora com uma importante diferença: esta classe estava restrita à identidade proletária.

Ocorre, todavia, que definir o que seja proletário e o que seja burguesia nos dias de hoje é extremamente complexo, pois estas classes vivem um processo de heterogeneidade que abrange não só a questão da posição no modo de produção capitalista, mas também o momento superestrutural, da consciência social destes segmentos. Realmente não sabemos ao certo como entender, pela via marxista, essas relações e posições sociais contemporâneas; mas nem por isso consideramos viável seguir uma inversão idealista onde seriam os elementos superestruturais, políticos, por exemplo, que determinariam a estrutura material. Acreditamos na possibilidade de que infra-estrutura e superestrutura se condicionam reciprocamente e formam identidades sociais.

⁵ MARX, 1996:37.

O nosso enfoque, sendo o de geração, está, portanto, diretamente atravessado pela discussão de classe social, pois para o MST isso é inseparável. No período inicial da formação, o MST se centrava apenas na sua configuração de classe. Era preciso ter algo que firmasse a unidade das linhas políticas nacionais. Nos últimos anos, posteriormente à consolidação do MST como movimento de massa nacional, começou-se a discutir, mesmo que “timidamente”, questões como raça, gênero e geração. Com essa “flexibilização”, é possível analisar o MST não mais necessariamente como grupo fechado, centrado numa identidade unificada de classe; ao contrario, pode-se compreendê-lo sob a perspectiva de um movimento social formado por pessoas de culturas, raças, gêneros, faixa etária díspares, mas que, nem por isso, essas pessoas perdem o “sentimento” de pertença ao grupo MST.

E é precisamente por isso que devemos falar de “identidades” e não “identidade”, e que essas “identidades” não podem e não devem ser reduzidas apenas à concepção de classe social, embora esta seja determinante. No caso específico do MST, ressaltamos que não é uma corporação profissional e sim um movimento social com objetivos e interesses mais amplos, podemos dizer que congrega pessoas social, cultural e economicamente diferentes. De acordo com a definição apresentada por Maria da Glória Gohn:

Atuar segundo um movimento/organização implica na tarefa contínua de formar esses quadros. O processo de educação política ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura Santos tem razão ao afirmar que ‘os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam idéias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares (GOHN, 2000: p. 107)

Essa compreensão de movimento social, mais diretamente, do MST reforça a discussão que iniciamos acima, uma vez que evidencia a relação indissociável entre o processo de formação política e o processo de identificação de várias e distintas pessoas com o MST. Ou seja, é a partir do processo dialético (isto é, sem determinantes unilaterais) entre conteúdos, idéias, projetos político-sociais e as diversas experiências, necessidades, práticas individuais ou coletivas, confrontados e efetivados nos cursos de formação política, principalmente pelos jovens sem terra e/ou simpatizantes-colaboradores (jovens estudantes, professores, estrangeiros), que se constitui o processo de identificação com os ideais políticos e práticas do MST. Portanto, do encontro de indivíduos e grupos sociais, distintos,

aparentemente heterogêneos e com outros vínculos identitários, o MST é formado e forma uma organização coletiva de caráter político-social. A partir desta visão se formarão jovens como homens e mulheres “completos” cria as condições para que estes venham a se “somar” não apenas como acampados e assentados, mas como agentes transformadores, ou seja, militantes que se identificam com as linhas gerais do MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar, A Mística, Razão da Persistência. IN: *A Luta pela Reforma Agrária e por Mudanças Sociais no Brasil – Documento Básico*. São Paulo: MST, 2005.

BOURDEIU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco, 1983.

FERNANDES, Bernardo M. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARTINS, José de Souza. A Questão Política no Campo. IN: *Expropriação e Violência*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 7ª ed. São Paulo: Global, 1988.

MÉSZÁROS, István. *O Século XXI. Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MORISSAWA, Mitsu. *História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PIZETTA, Adelar J. *A formação no/do MST: Trajetória e Desafios de um Processo Coletivo*. São Paulo: texto impresso, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fia da energia. IN: *Juventude e Sociedade: trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perceu Abramo/Intituto da Cidadania, 2004.

SOUZA, Jessé (org.). A Cerca do Lugar da Moralidade na Política. IN: *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: Unb, 2000.

STÉDILE, J. Pedro & Fernandes, Bernardo M. *Brava Gente*. São Paulo: Perceu Abrama, 1996.

STÉDILE, J. Pedro & Gorgen, Sérgio A. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Pagina Aberta, 1993.

ZANETI, Hermes. *Juventude e Revolução. Uma Investigação sobre a atitude Revolucionária Juvenil no Brasil*. Brasília: Edunb, 2001.